



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

# PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ FACE A MEGAPROJETOS EM IMPLEMENTAÇÃO NO LOCAL

## Prospects of Agriculture in the Municipality of Itaguaí Face Megaprojects in Onsite Implementation

### RESUMO

Objetivou-se neste artigo colocar em evidência como a agropecuária está sendo excluída da agenda de desenvolvimento do município de Itaguaí-RJ. Neste sentido, será descrito como a agricultura vem, paulatinamente, perdendo espaço social e econômico para megaempreendimentos, tais como a ampliação do porto de Itaguaí, estaleiro da Marinha para construção de submarinos nucleares, a instalação da siderúrgica TKCSA, entre outros. No artigo demonstra-se como escalas de poder global impactam no local (VAINER, 2001), e como os conceitos teóricos da gestão social e do Desenvolvimento Territorial Sustentado – DTS podem ampliar as relações de poder local na condução de políticas públicas. A metodologia baseada em pesquisa exploratória como fim e como meio documental e de campo descreve as ações da SEMAAP- Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí que poderiam ser ampliadas e constituírem propostas de uma política pública concebida a partir da discussão e deliberação dos atores da sociedade civil (agricultores e associações e sindicatos dos produtores locais) mercado (empresas responsáveis pelos megaprojetos, rede de comerciantes e serviços locais) e poder público nos seus níveis executivos e legislativos; municipal, estadual e federal com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA com técnicos do PRONAF. Tais políticas poderiam mitigar os impactos sociais e ambientais derivados das transformações estruturais. Como conclusões, a pesquisa indica que uma política pública, calcada na segurança alimentar, na mitigação dos impactos ambientais e do desenvolvimento territorial sustentável poderia contribuir na estruturação de redes e ampliação de laços entre os atores locais fortalecendo a agricultura local.

Lamounier Erthal Villela  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
lamounier.ertal@gmail.com

Eduardo Gusmão da Costa  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
eduardogusmao1@gmail.com

Airton Cardoso Cançado  
Fundação Universidade Federal de Tocantins  
airtoncardoso@yahoo.com.br

Recebido em 17/10/2013. Aprovado em 15/01/2014.  
Avaliado pelo sistema blind review  
Avaliador científico: Fernando Guilherme Tenório

### ABSTRACT

The purpose of this article is to highlight how farming is being excluded from the development agenda of the municipality of Itaguaí-RJ, Brazil. In this sense, we will describe the manner in which agriculture has been gradually losing social and economic ground to mega-enterprises, such as the expansion of the port of Itaguaí, Navy Yard for construction of nuclear submarines, the installation of TKCSA steel mill, among others. The article demonstrates how global power scales impact the location (VAINER, 2001), and how the theoretical concepts of social management and Sustainable Territorial Development - STD can expand the relations in conducting public policies. A methodology based on exploratory research as an end and as a documentary and field means describes the actions of SEMAAP-Department of Environment, Agriculture and Fisheries of Itaguaí, which could be extended and constitute proposals of a public policy designed from the discussion and resolution of civil society actors (local farmers, associations and unions), market (companies responsible for the megaprojects, merchant network and local services) and public power in the executive and legislative levels, local, state and federal, with the participation of the Ministry of Agrarian Development -MDA with PRONAF technicians. Such policies could mitigate the social and environmental impacts derived from the structural transformations. As conclusions, the research indicate that a public policy grounded in food security, mitigation of environmental impacts and sustainable territorial development could contribute in structuring networks and expanding ties between local actors, strengthening local agriculture.

**Palavras-chave:** Itaguaí, desenvolvimento territorial sustentável, gestão social.

**Keywords:** Itaguaí, sustainable territorial development, social management.

## 1 INTRODUÇÃO

Com terras férteis, o Município de Itaguaí teve, até 1880, importante atividade rural e comercial como exportador em grande escala de cereais, café, farinha,

açúcar e aguardente. Contou para este desempenho com a utilização de mão de obra escrava para obtenção de seu desenvolvimento econômico. A Lei Áurea ocasionou uma crise econômica no território por ocasião do êxodo dos antigos escravos que, somada à falta de transporte mais a

insalubridade territorial, provocaram o desaparecimento de grandes plantações, periódicas ou permanentes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2012). Tal abandono provocou sérios impactos ambientais como obstrução de rios que cortam quase toda baixada do território do município, alagando e atrofiando por décadas o desenvolvimento econômico.

Com a construção da antiga rodovia Rio-São Paulo passando por Seropédica e a instalação da indústria têxtil no outrora distrito de Paracambi, assim como o processo de saneamento da Baixada Fluminense, fizeram com que o município readquirisse sua importância territorial (RIO DE JANEIRO, 2013). A vocação agrícola de Itaguaí foi reconhecida pelo Presidente Getúlio Vargas que, na década de 1930, veio promover uma reforma agrária na região com os seguintes objetivos: diminuir a adensamento populacional da capital e ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecimento do Rio de Janeiro. Ocorre por esta época um forte movimento imigratório de colonos estrangeiros (principalmente japoneses) que, também, recebem terras (MULS, 2004). Em 1938 inicia-se a construção em Seropédica do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrônomicas, onde Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Atualmente a instalação do porto chamado de Porto de Sepetiba reinsere Itaguaí no ciclo econômico do estado (RIO DE JANEIRO, 2013). Itaguaí faz parte da Região Metropolitana que tem em sua abrangência os seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belfort Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. No cenário econômico nacional, o Estado do Rio de Janeiro possuiu o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB), assim sendo tem atraído grandes investimentos. No município de Itaguaí propriamente dito, uma parcela destes investimentos se concentra a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), uma reestruturação de dois sistemas logísticos: a revitalização do porto de Itaguaí e a construção do arco rodoviário, investimentos que montam aproximadamente US\$ 4 bilhões e geração de 18 mil empregos. Os investimentos para estes complexos não param, indiretamente em função do porto acontecem a duplicação da rodovia BR-101, no trecho compreendido. Na divisa do município de Itaguaí terá como suporte logístico de entrada principal a ferrovia e de saída o Porto de Itaguaí. Tais empreendimentos montam cerca de R\$11,4 bilhões, 18 mil empregos na construção e

3,5 mil na operação. Lá, também, situa-se a Nuclebras Equipamentos Pesados S.A (NUCLEP) que faz parte do programa nuclear brasileiro. Já nos anos 1970, foi feita a instalação pelo governo federal do porto de Sepetiba hoje chamado de Porto de Itaguaí. Na década de 1980, uma decisão tomada pela Petrobras iria provocar um enorme impacto na região; esta reservou uma área de 12 milhões de metros para o futuro polo petroquímico. Em agosto de 2010, a Marinha do Brasil inicia a construção de um estaleiro para construção de submarinos atômicos na ilha da Madeira em Itaguaí, uma parceria como o Governo Francês (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011). Na análise de Santana, Guedes e Villela (2011), este conjunto de projetos seria o maior investimento do setor privado no Brasil no momento. Porém, ao longo dos anos, Itaguaí vem acumulando passivos frutos destes investimentos e de seu modelo de desenvolvimento econômico.

Itaguaí possuía, em 2012, 109.091 habitantes com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,715 (IBGE, 2012), tendo tido uma evolução significativa em seu IDHM conforme demonstrado no Quadro 1.

**QUADRO 1 – IDH de Itaguaí entre 1991 e 2010**

Ano	IDHM
1991	0,483
2000	0,589
2010	0,715

Fonte: extraído do IBGE (2012)

Segundo a Fundação CEPERJ dos estados brasileiros, o Rio de Janeiro é aquele no qual a agropecuária tem a menor importância econômica, sendo sua participação de 0,5% do valor adicionado total do estado em 2009 (RIO DE JANEIRO, 2013). Tal perspectiva estadual se reproduz no município potencializado pelos megaempreendimentos que alteram a estrutura produtiva de seu território. Logo, objetivou-se neste artigo descrever a política elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí- SEMAAP e suas ações frente às transformações na estrutura produtiva do Município de Itaguaí-RJ, em razão dos megaempreendimentos em implantação. A agricultura do município de Itaguaí vem perdendo espaço social e econômico para os novos empreendimentos locais, curiosamente, quando o aumento da demanda local e regional envolvem aspectos de segurança alimentar, inclusive, do estado do Rio de Janeiro. Os mesmos

empreendimentos vêm gerando passivos ambientais que poderiam ser mitigados de forma compensatória e de recuperação ambiental pela agricultura de forma sustentável.

Na perspectiva teórica da gestão social do desenvolvimento, do desenvolvimento territorial sustentável, no que tange à inclusão dos atores locais em seu território, e dos aportes da Nova Sociologia Econômica e da nova Economia Institucional no que tange às ações dos atores locais, os campos de forças entre mercado, sociedade civil e poderes públicos, no artigo analisam-se algumas das ações institucionais da Secretaria do Meio Ambiente e Pesca-SEMAAP da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Articula-se a fundamentação teórica deste artigo em dois eixos, descritos a seguir: Gestão Social do Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial.

### 2.1 Gestão Social do Desenvolvimento

Mesmo considerando que a Gestão Social ainda é um conceito em construção (ARAÚJO, 2012; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; CANÇADO, 2013; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2011; FISCHER, 2002; FRANÇA FILHO, 2008) e que alguns trabalhos têm identificado polissemia na utilização do termo (TENÓRIO, 1998, 2012), pode-se dizer que o constructo tem um importante potencial quando se trata de Desenvolvimento do Território.

O ponto em comum nas diferentes e por vezes divergentes concepções acerca da Gestão Social é que a participação é condição essencial para que um processo de “gestão” possa ser considerado como Gestão Social. Obviamente respeitados todos os obstáculos já amplamente discutidos na literatura, em relação às dificuldades da participação, como a dificuldade da representação (LÜCHMANN, 2007), ou mesmo de uma “pretensa” impossibilidade de participação no Brasil nos termos da Gestão Social (PINHO, 2010), a discussão se centra em torno da legitimidade da participação. Em outros termos, a população tem o “direito” de participar das decisões que irão afetar sua vida e seu “habitat”, bem como tem o direito de protestar e exigir mudanças, como aconteceu em junho de 2013 praticamente no país todo.

A Gestão Social avança neste sentido na medida em que a população não apenas participa escolhendo em um menu de opções, mas também ajuda a construir esse menu (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013). O grau

de novidade que parece vir acoplado à Gestão Social se dá pela própria hegemonia da Gestão Estratégica (TENÓRIO, 2008), que naturaliza, por meio da burocracia pública, a assimetria de informação, construindo artificialmente uma divisão entre capazes e incapazes de tomar parte no processo decisório (MOTTA, 1981; MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 1988). Segundo Damatta (1997, p. 80), “pertence à nossa consciência social a distinção do tratamento por meio da regra geral (e de seus respectivos papéis sociais) como um modo de negar ou inferiorizar alguma coisa ou alguém”.

O constructo da Gestão Social, ao preconizar uma participação efetiva e propositiva, traz no seu bojo a crença de que todos são capazes de participar, a população pode, ainda, não ter experiência neste processo, haja vista o período da ditadura militar e a própria hegemonia da Gestão Estratégica, onde a hierarquia é a regra. Assim, caminhando na linha de Freire (1996, 2001), participar se aprende participando. Segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697)

Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Para Carrion (2007, p. 159) “[...], a gestão social tem por foco a mudança da morfologia do social em uma perspectiva de desenvolvimento local integrado”. O local, como *locus* privilegiado para a Gestão Social, acontece não apenas no âmbito geográfico, mas fundamentalmente pelas particularidades culturais e identitárias de cada comunidade. A sustentabilidade econômico-financeira é fundamental, mas é decorrência das outras dimensões.

A Gestão Social do desenvolvimento, então, parte do princípio que todos têm o direito de participar, mas esse também é um dever, sob pena de não se observar a vontade da população, no sentido democrático do termo. Para tanto são necessários espaços e condições para que esse processo se efetive.

Carrion (2007) propõe nesse contexto que a gestão social tem como centro a “boa” governança local, onde além de existir espaço para a participação democrática e deliberativa dos cidadãos, devem ser criadas condições para esta participação. Em outras palavras, o Estado deve descentralizar as decisões (porém, continuando como condutor do processo democrático, compatibilizando eficiência com aprimoramento da

democracia), potencializando a criação de competências (“habilitando”) para a efetiva participação do cidadão. Porém, “o grande desafio é conseguir que interação [entre Estado, sociedade e mercado] se dê com base na solidariedade” (CARRION, 2007, p. 163). Por outro lado, Caçado, Tavares e Dallabrida (2013) acreditam que a Gestão Social pode prescindir do estímulo do Estado e pode acontecer por meio da sociedade civil, “exigindo” a participação do Estado no processo.

É importante ressaltar, nesta discussão, que o Estado deve estar presente no processo, por iniciativa própria ou não, dada a sua legitimidade em termos de poderes executivo e legislativo, sob pena de não se respeitar o interesse da população. Assim a Gestão Social do Desenvolvimento tem caráter local, descentralizado e democrático, o que exige, sem sombra de dúvida, tempo e disposição das lideranças locais.

Na discussão, os argumentos são:

O poder econômico dos megaempreendimentos e do governo (a reboque do processo) dita a agenda de desenvolvimento e as prioridades do município, diminuindo ainda mais as possibilidades da Gestão Social.

Segundo Tenório (2012), a gestão social se contrapõe à gestão estratégica em sua proposta de substituição da gestão tecnoburocrática, sem diálogo, para exercer um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo é um exercício de vários atores sociais.

Assim, a *gestão social* seria um processo decisório no qual o outro, o *alter*, está presente em ato intersubjetivo. Assim, por *social* entenda-se a relação entre pessoas e não uma ação para pessoas, o eu interagindo com o tu, portanto o nós. Assim, sob essa relação, não caberia uma conexão instrumental, mas uma conexão cooperada, solidária ou negociada entre os envolvidos na ação. A relação seria sujeito/sujeito e não sujeito-objeto, tampouco objeto-objeto, como naquelas interpretações em que o ser humano é um recurso, um produto com prazo de validade; o contribuinte um número, o eleitor um número de inscrição, onde o fetiche da mercadoria a todos unidimensionaliza (TENÓRIO, 2012, p. 29).

Em sua ação dialógica, que se faz a partir de uma ação comunicativa na perspectiva de Tenório e Villela (2008), a fundamentação da gestão social se aproxima da preconização de Habermas de democracia deliberativa, a partir da participação de todos os atores sociais envolvidos na questão em pauta de forma direta ou indireta. Em programas de desenvolvimento local, os atores a se

envolver - Estado, sociedade e mercado são potenciais protagonistas do processo, na discussão democrática de seus interesses buscando o entendimento. “Portanto no contexto da gestão social [...], os atores, ao fazerem proposta, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações” (TENÓRIO, 2012, p. 26).

Segundo Offe (1999 apud TENÓRIO, 2007), o processo de construção institucional, voltado para o desenvolvimento local, não pode ser conduzido por burocratas ou tecnocratas, sendo fundamental que o papel chave no processo seja exercido pelos cidadãos e suas associações cívicas. Em um mundo institucionalizado e confuso, o julgamento público deve ser soberano. O desenvolvimento, assim, é interpretado por uma busca de respostas criativas para problemas como escassez de recursos, com potencial de solução no estímulo à potência produtiva e participação cidadã (PAULA, 2005).

A gestão social busca a organização comunitária e considera básica a busca constante da melhoria da qualidade de vida de determinadas aglomerações (VILLELA, 2008). Em um contexto de gestão social, voltada para racionalidade comunicativa, os atores não irão impor suas propostas, buscando validação sem acordo debatido com todos os participantes (TENÓRIO, 1998).

Uma ação dialógica desenvolve-se moldada sobre os pressupostos de um agir comunicativo, calcado neste novo paradigma da racionalidade comunicativa na ação social. No paradigma da racionalidade comunicativa é capaz aquele que, como membro de uma comunidade de comunicação, orienta suas ações pela busca de um acordo alcançado comunicativamente, no qual todos os participantes apresentem seus argumentos. Nesta busca de um consenso de forma dialógica não se precisa utilizar a coação ou a força. Apresentação de ideias de forma racional movidos pela razão torna-se o referencial. “A argumentação não é um processo de decisão que cabe em resoluções, mas, sim, em procedimentos de solução de problemas que conduzam a convicções” (HABERMAS, 1987 apud TENÓRIO, 2002, p. 125). Para que um processo de gestão social seja consonante com uma ação comunicativa dialógica, a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade, isto é, verdade é a promessa de consenso racional.

A verdade é um acordo alcançado por meio de uma discussão crítica. No processo de gestão estratégica, a relação é monológica, de uma pessoa sobre as outras, não havendo interação e, sim, transmissão de informações. No



agir comunicativo e dialógico é a intenção do indivíduo de motivar racionalmente o outro na busca de um consenso que possibilita uma integração social.

Segundo Tenório (2002), o agir racional pode sofrer críticas pela pessoa ou pessoas envolvidas na busca da validação do discurso de cada um dos atores. Para Habermas, coloca-se a questão da liberdade da pessoa humana, sua responsabilidade social do exercício de cidadania, visto que há várias definições e interpretações, a significação aqui adotada é a de cidadania deliberativa definida por Tenório (2007, p. 54): “cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, autonomia e do bem comum”.

Na busca por um melhor entendimento conceitual, destaca o autor dois conceitos, o de esfera pública e sociedade civil, a partir daí definindo os conceitos de liberalismo e republicanismo base para o entendimento de cidadania deliberativa.

Para Habermas (1997), esfera pública e sociedade civil são redes comunicativas compostas de conteúdos, opiniões e tomadas de decisões que depurados constituem a opinião pública de forma temática. Já o conceito de esfera pública norteia-se pelo pressuposto de igualdade de direitos na ação comunicativa criando um espaço público constituído pela linguagem. Este espaço só se mantém pela operacionalidade das pessoas em sua ação comunicativa. Difere-se de um espaço tecnoburocrático onde o processo é centralizado e não dialógico.

No conceito de *sociedade civil*, segundo Habermas, seu perfil institucional é de caráter não-econômico e não estatal como ONGs, associações, movimentos sociais, etc. que se caracterizam pela ligação comunicativa com a esfera pública (HABERMAS, 1987 apud TENÓRIO, 2007).

A sociedade civil é, assim, apontada, segundo Habermas (1987 apud TENÓRIO, 2007), como um setor importante na constituição da esfera pública democrática, pois tem sua vivência calcada no cotidiano, mundo da vida, desta mesma sociedade.

No processo de transição democrática tornou-se intenso no Brasil com a introdução da participação na agenda pública, influenciada por movimentos sociais em torno das questões de distribuição, gênero e raciais, da esperança democrática com seus apelos de libertação política, na busca de espaços decisórios e de inclusão. Como complicador do processo, condicionantes estruturais que funcionavam com amarras: a crise fiscal e a necessidade do Estado na garantia das “regras do jogo”,

condição de acumulação de capital, obrigando a uma redefinição do papel do Estado. Todas estas condições levaram à necessidade de novas Políticas Públicas (PPs). A participação emerge na agenda pública de forma institucionalizada na Constituição Federal de 1988, assumindo importante papel na gestão nas novas Políticas Públicas, que preconizam descentralização com gestão social via conselhos setoriais, sendo precursores os da saúde, depois educação e ampliando para outras áreas. Em 1996, cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Programa que por filosofia funda-se na gestão social e bem utilizado visa contribuir enormemente para o desenvolvimento territorial

## 2.2 Desenvolvimento Territorial

O conceito de território é resultante dos modos de como a sociedade se organiza para usar os sistemas naturais que apoia sua reprodução. Este conceito, segundo Abramovay (2013), contribui para o abandono das noções restritamente setoriais da atividade agrícola, impede a confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, contribui para entender o jogo dos atores locais e seus mecanismos de governo, das limitações entre os avanços sociais e ecológicos. O território passa a ser considerado pelo seu capital social, ou seja, pelo conhecimento coletivo existente, que explica em muitos aspectos pelos quais uma região se desenvolve e outra não. Neste caso a dinâmica Territorial pode ser explicada pelas interações sociais, ou seja, como se comportam os atores locais na busca de um objetivo comum. Fatores intangíveis, então, segundo Abramovay (2013) explicam em muito as dinâmicas locais. Compete, então, recorrer ao conceito de “arenas ou campos”, segundo descrito por Pierre Bourdieu, para entender os arranjos produtivos em determinados territórios. Tal campo de poderes, suas relações suas redes, sua gestão social podem ser considerados como um patrimônio partilhado pela comunidade local. Logo o território é formado por laços capazes de fornecer uma identidade aos atores locais. Estes laços entre os atores passam a ser objeto da Nova Sociologia Econômica para explicar as dinâmicas locais, ou seja, o jogo de força entre os atores locais.

A cooperação entre os atores constitui, assim, uma habilidade social inerente ou não a um determinado local. Desta forma será possível identificar coalizões políticas que reflitam sobre as ações locais. A Nova Economia Institucional- NEI vai reforçar o papel dos atores nas ações institucionais considerando não mais um mercado e, sim, mercados. Logo o desenvolvimento territorial passa

necessariamente pela evolução das relações entre mercados, sociedade civil e poderes públicos. “Desenvolvimento local é um processo centrado em um território concreto no qual os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de objetivos e projetos comuns” (CRAGNOLINO, 2000 apud TENÓRIO, 2007, p. 90). Nesta perspectiva, desenvolvimento é um processo com centro em um território com vários atores ocupando variados espaços sociais com metas e projetos comuns a partir do estabelecimento de relações. Assim comenta Putnam (2002, p. 14).

O desenvolvimento das instituições locais será determinado pela configuração social da sociedade em que elas estão inseridas (PUTNAM, 2000). Para uma nova percepção da natureza, os potenciais do espaço, dentro do território com sua identidade e sua territorialidade, deverão ser utilizados como marco de políticas públicas na busca de desenvolvimento rural. Devem-se considerar diversas dimensões. Seus desafios, preocupações e problemáticas a partir da valorização das categorias conceituais, metodológicas, políticas e ideológicas que possibilitem novas abordagens e percepções do desenvolvimento. Crescimento econômico é diferente de desenvolvimento, investimentos industriais não são sinônimos de bem estar social. Estes vão depender das escolhas que devem ser direcionadas não apenas para a lógica do mercado e, sim, para o bem comum. Segundo Tenório e Saraiva (2006, p. 2):

Pensar o desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico- tecnológica. Implica considerar os diferentes aspectos de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade. Nesse sentido importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais – não apenas dos processos gerenciais e técnicos de produção – incluindo também a preservação ambiental, já que a incorporação dessa dimensão às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento tem como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade do território, segundo as suas condições e vocações.

A gestão social visa à participação da sociedade na construção das agendas públicas, ou seja, não se deve ter ator ou atores hegemônicos nos processos decisórios. O mercado, a sociedade civil e os poderes públicos devem junto definir os rumos a serem tomados. Por sua vez, a

definição do que é mercado, o que é sociedade civil e o que são os poderes públicos passa, também, por redução nas suas análises. Não podemos considerar que um pequeno empresário tenha o mesmo poder de barganha que um lobby de grande empresários, porém ambos são denominados de mercado. O que importa é o estabelecimento de métricas que possibilitem minimamente um arranjo que busque uma correlação de forças. O mesmo irá ocorrer com a definição de sociedade civil onde pessoas têm diferentes capacitações e diferente poder de liderança. A análise dos poderes públicos, também, denota grandes variações, pois existem instituições públicas com poderes e instrumentalizações diversas. No caso analisado, a PMI-Prefeitura Municipal de Itaguaí tem poderes e limitações distintas dos poderes federais e estaduais por exemplo. Neste sentido a gestão social reduz a análise no sentido de buscar o “bem comum”, logo o conceito de DTS é complementar ao arcabouço teórico da gestão social.

Considerando as definições de Perico (2013), para as dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável, buscou-se, no Quadro 2, sintetizar as definições conceituais DTS.

Estes indicadores de DTS podem contribuir para avaliar as ações locais face aos megaempreendimentos.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa inicia-se com a busca de informações com uma pesquisa de campo exploratória junto ao ente do poder público responsável pela formulação de políticas públicas e ações institucionais relativas à agricultura de Itaguaí. Posteriormente, levantamento dos documentos institucionais relativos à situação estudada, estudos científicos, levantamento de informações estatísticas sobre o município e sua participação na agricultura do território do Estado do Rio de Janeiro, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro e no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Na coleta de dados primários, foi elaborada uma pesquisa de campo na instituição pública local, com entrevistas não estruturadas e depoimentos de autoridades públicas. A elaboração da pesquisa foi acompanhada por uma funcionária da prefeitura que faz parte do grupo de pesquisa, mas que não participou em nenhum momento da elaboração ou aplicação, contribuindo apenas como elemento de ligação com a autoridade pública local. Ela buscou seguir as recomendações de Vergara (2009) quanto a influenciar as opiniões dos entrevistados ou no que se refere à possibilidade para obtenção de informações institucionais.

QUADRO 2 – Definições e Indicadores para DTS

Conceitos	Definição
<b>Coesão Social</b>	Consiste na congruência da população local, ou seja, no fortalecimento de seus laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãs.
<b>Coesão Territorial</b>	Refere - se à capacidade da população de um território ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas, suas estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais.
<b>Governabilidade</b>	Refere - se á capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos de desenvolvimento local.
<b>Sustentabilidade</b>	As atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas de futuras gerações
<b>Inclusão Econômica</b>	É a capacidade pela qual o desenvolvimento local, inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente.
<b>Bem estar</b>	O desenvolvimento do local melhora as condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos conceitos de Perico (2013)

A elaboração das entrevistas ocorreu no período de julho a agosto de 2012, junto ao Poder Público Municipal. Foram entrevistados: o Secretário da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Itaguaí e suas assessorias e o foco da entrevista foi a atuação institucional do referido ente público na questão da agricultura de Itaguaí. Também a participação do grupo de pesquisa na Conferência das Cidades, realizada neste município, possibilitou a este grupo, pela observação no local, uma análise de alguns aspectos participativos por aglomeração dos vários extratos sociais participantes desta conferência e suas demandas locais. Os resultados da pesquisa exploratória de campo foi um levantamento preliminar das ações e do arcabouço institucional da política pública de agricultura em Itaguaí por meio das ações da referida secretaria.

#### 4 RESULTADOS

O processo que leva a queda da participação da agropecuária no município é anterior à chegada dos megaempreendimentos no local. Esta situação é bastante correlata aos municípios que compõem a região do Grande Rio. A conurbação da região e a diretriz de políticas focadas na industrialização levou o declínio e consequente abandono da agricultura familiar na região. Neste sentido, observa-se gradativamente a perda da identidade rural, o êxodo urbano e o enfraquecimento das relações sociais

onde está inserido o município de Itaguaí. Os resultados da pesquisa apontam para possíveis ações de reinserção da atividade agrícola no município e de certa forma tenta-se colocar em evidência a agropecuária na agenda de desenvolvimento local.

A Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do Município de Itaguaí-SEMAAP teve à sua frente um professor do curso de zootecnia da UFRRJ. Fica localizada em um terreno de propriedade da Petrobras, seu acesso se dá por uma guarita com segurança desta empresa. A secretária tem em suas instalações CENTRO DIDÁTICO PRODUTIVO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E PESCA- CDP- SEMAAP. Possui uma área de plantio de leguminosas chamada de Horta Municipal. A Horta Municipal é uma extensa área com o cultivo de várias hortaliças orgânicas que, segundo dados fornecidos pela própria secretaria, fornece hortaliças orgânicas para 46 escolas municipais, sete creches municipais, APAE, Asilo Santa Lucia, grupo da terceira idade e o Hospital São Francisco Xavier. No ano de 2010, a horta distribuiu 4.168 pés de alface, 948 pés de chicória, 566 molhos de couve, 815 molhos de salsa, 680 molhos de cebolinha, 68 quilos de beterraba, 15 pés de aipo, 80 molhos de espinafre e 78 pés de brócolis. No ano de 2010, teriam sido criadas 41 hortas escolares no município. Nesta área de plantio, encontramos um projeto em parceria com a Embrapa, a primeira área de plantio de alimentos biofortificados do Estado do Rio de Janeiro.



[...] A Empresa tem uma parceria com a Prefeitura daquele município que, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, propiciou a implantação de uma Unidade Demonstrativa com mandioca, batata-doce e feijão biofortificados. As variedades biofortificadas estão sendo multiplicadas para futura distribuição a pequenos produtores e agricultores familiares locais. Três variedades de milho estão sendo apresentadas na exposição, BR 473 e BR451, desenvolvidas no âmbito do projeto de biofortificação Agrosalud, possuem altos teores dos aminoácidos essenciais triptofano e lisina. A terceira variedade, que ainda não foi lançada, é enriquecida com Pró-vitamina A e é resultado dos projetos Harvest Plus e Biofort [...] (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAAGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2012).

Uma rede de parcerias entre centros de pesquisa nacionais e internacionais, produtores, governo e organizações não governamentais participa do Projeto BioFORT. Uma iniciativa apoiada pelo programa Harvest Plus e AgroSalud ligados a redes de centro de pesquisas na América Latina, África e Ásia. Tal iniciativa tem similares na Colômbia, Peru, Nicarágua, Índia, Bangladesh, Paquistão, Moçambique, Uganda e República Democrática do Congo. Seus recursos financeiros são, também, provenientes da Fundação Bill e Melinda Gates sob o comando de Bill Gates, dono da Microsoft, do Banco Mundial e de agências internacionais de desenvolvimento. O projeto, a princípio, atende os produtores onde estão as unidades da EMBRAPA envolvidas com o projeto, mas agricultor de qualquer parte do território nacional pode ter acesso ao material (FIGUEIRAS, 2010).

O centro didático produtivo já havia sido visitado por vários meios de comunicação, empresas e formadores de opinião entre os quais: Rede Globo de Televisão, BBC de Londres, TV Brasil, Jornal O Dia, Jornal Extra, Jornal Atual, Jornal ABC, Instituto Rumo ao Mar, BNDES, EMBRAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Votorantim, CSA, Representantes da Superintendência da Pesca, entre outros.

Nesta plantação encontramos quatro variedades de feijão, arroz, mandioca, duas variedades de milho, abóbora e batata doce com maior teor de vitaminas e mineral. Segundo a Secretaria, foram fornecidos 250 quilos de batata doce para escolas e distribuídos para 10 agricultores 40 quilos de semente de feijão que, após cultivo, será vendido para merenda escolar (ITAGUAÍ, 2011).

O CDP-SEMAAP possui uma estufa para cultura de legumes e mudas de árvores frutíferas. Esta estufa

se propõe a incentivar a população a cultivar plantas de forma econômica, sustentável e prática. Ali seriam feitos o reaproveitamento de materiais descartados pelos cidadãos do município para a produção. Na estufa pode-se ver produção de tomate, melancia, melão, pimentão, bonsai, orquídea e vários outros produtos. Há um pomar com laranja, tangerina, limão e acerola, cultivados segundo a coordenadora sem agrotóxico. Segundo a secretaria, teriam sido distribuídos 60 quilos de frutas para merenda escolar do município em 2010 produzidos no pomar (ITAGUAÍ, 2011).

O centro possui um viveiro de mudas da Mata Atlântica que teria por objetivo recuperar algumas espécies como ipê roxo e amarelo, jacarandá, palmeiras entre outras. Segundo a coordenadora da Secretaria, foram distribuídas 3.000 mudas em 2010. Encontra-se na área da Secretaria uma capineira que seria para demonstrar como exemplo para agricultores e pecuaristas, esta alimentaria 12 animais presentes na Secretaria.

Iniciativas que visam ao aprendizado de posturas ambientais e de baixo custo também compõem as iniciativas da SEMAAP, como Casa de Pneus, pois suas paredes são todas constituídas de pneus reciclados. Em seu interior encontram-se brinquedos, móveis e utensílios construídos com o mesmo material que também é utilizado nos jardins externos da casa, um ambiente com características pedagógicas. Outra casa que é construída toda em garrafas PET tem em seu interior um ambiente iluminado pela luz solar que transpassa as garrafas e o interior do ambiente é decorado com móveis de madeira rústica e tecido reciclado. Os telhados de todas as instalações são de telhas coloniais recicladas, fruto de doações de moradores da cidade por ocasião de reformas ou demolições.

Foram relatados os investimentos que foram feitos pelo PRONAF na aquisição de uma retroescavadeira que foi roubada em 2012 e um caminhão que, no momento, realiza o escoamento da produção de 10 pequenos produtores rurais que produzem banana e coco. Este serviço é realizado sem custo para estes produtores que escoam sua produção para feiras em outras regiões e para o CEASA do Rio de Janeiro que é a segunda maior central de abastecimento da América Latina. Tal iniciativa da secretaria viabiliza de forma logística a sobrevivência destes produtores, arcando a Secretaria com o custo de combustível, manutenção do caminho e do motorista funcionário alocado na secretaria. No contato com produtores locais de banana não foi percebido nenhuma outra ação como apoio técnico ou de fomento à produção.

Na conversa, foram percebidas demandas reprimidas como apoio técnico, carência de informações sobre apoio financeiro como PRONAF ou existência de formas associativas rurais locais.

As ações institucionais implementadas pela SEMAAP caminham na direção da busca de um desenvolvimento territorial sustentável em sua concepção e capacitação técnica de seus desenvolvedores. Buscam ações didáticas de capacitação em agropecuária sustentável. A participação da EMBRAPA, demais parcerias firmadas fundamentam este objetivo. Porém, observa-se que tal esforço acontece de forma institucional isolada. Este isolamento pode ser percebido, também, na entrevista quando solicitadas informações sobre ações conjuntas com outras áreas da Prefeitura com a SEMAAP. Nas entrevistas junto aos produtores não foi percebido nenhum processo participativo destes na formulação de ações nos níveis municipal, estadual e federal.

Apesar dos esforços realizados pela SEMAAP, não foram detectados processos participativos que caracterizassem uma gestão social no que se refere às transformações locais. Nas várias falas realizadas na Conferência das Cidades de Itaguaí com conselheiros municipais e lideranças locais, ficou claro que até aquele momento havia falta de canais adequados e responsáveis para inúmeras demandas sociais. Neste sentido, rural e urbano, não obtinham respostas do poder público. A análise aponta que o crescimento econômico do município se dá na lógica do mercado com baixa participação dos poderes locais e uma desordenação da ocupação do território. Pode-se perceber uma impotência do poder público frente à avalanche de investimentos que não encontram na infraestrutura da cidade nem mesmo capacidade técnica para elaboração de projetos, planejamento urbano e rural como bem caracterizou a fala de um vereador da cidade no referido evento.

Que pode o poder local? Citando Vainer (2001, p. 26), é necessário romper com o fatalismo do pensamento neoliberal e reconhecer que a escala local deverá fazer resistência à reconfiguração da escala global. Neste sentido, Vainer op. cit. sugere o avanço de dinâmicas sociais, políticas, culturais que propiciem a organização e o enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes. A elaboração de um plano diretor participativo definindo espaços e modo de desenvolvimento poderia ser uma forma de recompor o tecido social local fortalecendo os laços dos atores locais na definição do desenvolvimento do território. O Plano Diretor possibilitaria a consecução de uma política pública de desenvolvimento da agricultura

de forma participativa. No entanto, a falta de uma planta de Macrozoneamento e a importância da agricultura para o município pode ser percebida no programa do candidato à prefeitura de Itaguaí eleito na última eleição não haver nenhuma menção ao tema agricultura. Segundo estudos feitos pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- FIRJAN, a população de Itaguaí pode vir a triplicar nos próximos cinco anos (BATISTA; CORRÊA, 2013). O estudo prevê um forte impacto em virtude da implantação de uma das maiores infraestruturas de logística do país em construção na Baixada Fluminense.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Itaguaí passa por profundas transformações que podem, pelas políticas públicas elaboradas e geridas na perspectiva da gestão social, do desenvolvimento territorial sustentável contribuir para o desenvolvimento da agricultura da região que tem reconhecido potencial em razão da fertilidade do solo, no entanto a atual produção agrícola do município não atende sequer a demanda local. A proximidade do Rio de Janeiro e o próprio crescimento de Itaguaí colocam o município em uma situação estratégica quanto à segurança alimentar, segurança hídrica e ambiental do território da Baixada Fluminense

As ações pontuais da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca da Prefeitura de Itaguaí - SEMAAP indicam que ações cooperadas podem contribuir para o desenvolvimento da agricultura local com vistas a um desenvolvimento sustentável e possível redução dos danos ambientais promovidos pela nova estrutura em implantação no local. Neste sentido uma política pública participativa para agricultura de Itaguaí poderia ser calçada na busca da mitigação compensatória aos impactos ambientais e sociais provocados pelos megaempreendimentos.

Os produtores locais poderiam, em conjunto com sindicato e associações rurais, representantes do mercado (por meio das redes formadas pelo comércio local e redes de serviços), das empresas responsáveis pelos megaempreendimentos e poder público local buscar dialogicamente ações de desenvolvimento sustentável para agricultura. Algumas soluções imediatas poderiam ser elaboradas como, por exemplo, o abastecimento alimentar dos funcionários das empresas locais que têm interesses institucionais e sociais em mitigar os impactos por elas produzidos na região.

Estas ações coletivas, se realizadas nos moldes da Gestão Social, têm potencial para aumento do poder político dos agricultores, bem como sua reafirmação

enquanto grupo atuante nas decisões do município, ou seja, colocar em evidência que a agricultura local deve participar da agenda de transformações no município. Estas afirmações sobre a situação de Itaguaí denotam como se dá o jogo de forças no município, onde coesão social e territorial são fracas. A governabilidade não é feita no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável, pois o inchamento da população local como previsto poderá ampliar os problemas sociais e ambientais locais. A inclusão econômica deveria ser pautada no capital social local, valorizando prioritariamente novas formas de inserção da população no mercado de trabalho em transformação, logo construindo bases para o bem estar da população, ou seja, melhoria nas condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação voltadas para o bem comum e não apenas para a lógica mercantil.

Uma miríade de soluções poderia ser encontrada por meio de uma Gestão Social voltada para um desenvolvimento territorial sustentável, afinal a segurança alimentar, segurança hídrica e ambiental já agendaram as discussões, o que falta é tomada de consciência desta agenda por parte da sociedade civil, mercado e poder público com uma pauta, que valorize o papel da agricultura e do Desenvolvimento Territorial Sustentável. A possibilidade de criação de um Capital Social enquanto ativo intangível se dá pela possibilidade de construção de espaços de concertação e confiança entre os atores no enfrentamento de problemas comuns (ABRAMOVAY, 2003 apud ALBUQUERQUE, 2004).

## 6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. Disponível em: <[http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay\\_Para\\_uma\\_teor%C3%ADa\\_dos\\_estudos\\_territoriais.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- ARAÚJO, E. T. de. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção**. 2012. 323 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.
- BATISTA, H. G.; CORRÊA, M. Região de Itaguaí pode ver população quase triplicar e ter inchaço maior que Macaé. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29, p. 23, 21 mar. 2013. Caderno Economia.
- BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS; Petrolina: UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.
- CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU - A Revista da Residência Social**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 191-209, maio/out. 2013.
- \_\_\_\_\_. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 7., 2013, Belém. **Anais...** Belém: UNAMA/UFPA, 2013. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.
- CARRION, R. da S. M. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, J. G. et al. (Org.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2, p. 158-170.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Itaguaí tem exposição de produtos biofortificados**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2011/julho/1a-semana/itagua%C3%AD-tem-exposicao-de-produtos-biofortificados/>>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- FIGUEIRAS, M. A. Alimentos biofortificados. **Revista Globo Rural**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI183068-18289,00-ALIMENTOS+BIOFORTIFICADOS.html>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução a uma agenda. In: \_\_\_\_\_. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008. p. 27-37.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 ago. 2012.
- ITAGUAÍ. Prefeitura de Itaguaí. Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca. **Projeto e ações: compromisso, trabalho e seriedade**. Itaguaí, 2011.
- LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.
- MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MULS, L. M. de. **O desenvolvimento econômico local do Município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas**. 2004. 427 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Disponível em: <[http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/](http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/IdentidadeTerritorioBrasil.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- PINHO, J. A. G. de. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010. p. 21-52.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Estado. **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Itaguaí 2011. Disponível em: <[http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1?p\\_auth=X0Jxfe5&p\\_p\\_id=estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet.doSearch=doSearch&\\_estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet.javax.portlet.action=doSearch](http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1?p_auth=X0Jxfe5&p_p_id=estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet.doSearch=doSearch&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet.javax.portlet.action=doSearch)>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M.; VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e os desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí-RJ. **Caderno EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a09v9n3.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.
- TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNJUÍ, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008. 176 p.
- \_\_\_\_\_. Gestão social, um conceito não-idêntico?: ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Ed.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012. p. 23-36.
- \_\_\_\_\_. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

\_\_\_\_\_. **Tem razão a administração?:** ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: UNIJUI, 2002.

\_\_\_\_\_. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Ed.). **Estado e gestão pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-133.

\_\_\_\_\_. Critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: EnAPG, 2008. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod\\_edicao\\_subsecao=411&cod\\_evento\\_edicao=41&cod\\_edicao\\_trabalho=10012#self](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=411&cod_evento_edicao=41&cod_edicao_trabalho=10012#self)>. Acesso em: 26 ago. 2009.

VAINER, C. B. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001. 1 CD-ROM.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

VILLELA, L. E. **Redes, desenvolvimento local e gestão social no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: EBAPE, 2008. Projeto de pesquisa de Estágio Pós-Doutoral apresentado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob orientação do Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório.